

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.617 - MG (2019/0108484-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO E OUTRO(S) -
MG076733
CRISTIANNE BARRETO REIS - MG089941
AGRAVADO : EUSTAQUIO RODRIGUES SANTOS
ADVOGADOS : DANIEL RIBEIRO REZENDE - MG105475
DAVID RIBEIRO REZENDE - MG146552

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por TRANSIMÃO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:

EMENTA: APELAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL - JUROS DE MORA - RESPONSABILIDADE CONTRATUAL A PARTIR DA CITAÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ARTIGO 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. A indenização, por danos morais, deve ser fixada levando-se em consideração tanto a extensão do dano sofrido pela vítima quanto o poder econômico do ofensor, tendo em vista o caráter punitivo/pedagógico do dano extrapatrimonial.

Tratando-se de responsabilidade contratual os juros de mora devem incidir a partir da citação. Não há que se falar em majoração dos honorários advocatícios, vez que arbitrados conforme o disposto no artigo 85, § 3º, do Código de Processo Civil.

O acórdão foi complementado pela decisão que julgou os embargos de declaração, restando assim ementado:

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO/CONTRADIÇÃO NO ACORDÃO - HIPÓTESE DO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - ACOLHIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS - SUPRESSÃO DE VÍCIO EXISTENTE NA DECISÃO. Considerando que o acórdão é parcialmente contraditório/omisso, devem ser acolhidos os embargos de declaração para suprimir as falhas apontadas.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional,

alega violação do art. 944 do CC, no que concerne à valor dos danos morais fixados, trazendo os seguintes argumentos:

E no caso dos autos, o acórdão recorrido, ao fixar indenização por danos morais em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reparação de danos de natureza leve decorrentes de acidente de trânsito que não resultou em maiores danos para a parte autora, destratou e feriu o artigo 944 do Código Civil, na medida em o valor fixado a título de indenização foi demasiadamente alto e desproporcional em face do dano sofrido pelo recorrido.

[...]

Assim, vê-se que o valor arbitrado pelo acórdão afigura-se demasiadamente alto e desproporcional em face do dano sofrido pela recorrida, e sua manutenção implicaria em violação direta e frontal ao artigo 944 do Código Civil, na medida em que o próprio Superior Tribunal de Justiça, mesmo em casos em que resultaram em maiores danos, fixou o valor da indenização por danos morais em valores inferiores ao fixado nos autos. (fls. 484/ 485).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea c, no que concerne ao marco inicial dos juros de mora a partir da data do arbitramento do valor da indenização, não aponta dispositivo de lei objeto do dissídio.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira

Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente